

RELATÓRIO DE 2012

Nos termos do artº nº 18º, alínea b) dos Estatutos compete ao conselho de administração elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e a conta de gerência.

1. Como vem sendo hábito valoriza-se mais os comportamentos que se direccionam para a construção do Complexo Social de Albarraque, como objectivo principal, razão de ser da existência da própria Fundação, conforme a disposição testamentária da sua instituidora.
2. Apesar deste relatório dizer respeito ao ano 2012, sempre se dirá, dada a sua importância, que já foi lançado o concurso para a construção do equipamento social em Albarraque, concelho de Sintra, em terrenos da própria Fundação.
 - a) em 22.03.2013, do Diário da República (dado o seu montante foi também publicado no Jornal das Comunidades Europeias);
 - b) em 26.03.2013 na plataforma electrónica Vortal.

O valor da empreitada é de 8.598.900,00€ e é constituído por: construção dum centro de fisioterapia para os utentes e aberta ao exterior (piso 0); uma unidade de cuidados continuados de saúde para homens e mulheres de média e longa duração com 54 camas (piso 1); um lar de idosos para 30 pessoas (piso 2). Inclui ainda os acessos e arranjos exteriores.



3. Passamos agora a indicar os eventos principais que tiveram lugar em 2012.
4. Continua por decidir judicialmente o valor da indemnização a pagar pela Câmara Municipal de Sintra face à construção da variante Abrunheira-Albarraque que divide o terreno de Albarraque (Quinta da Fonte) em duas partes, ou mais precisamente, em três partes. O julgamento, várias vezes adiado, está agora marcado para 29 de Abril.
5. Ainda não se tem a certeza se se vai realizar a venda da moradia sita na R. Rodrigo da Fonseca, nº 40-42, face a diferenças de interpretação entre a Fundação e o promitente comprador. O contrato promessa de compra e venda (1.711.500,50), feito na sequência da acção proposta pelo promitente comprador, extingue-se em Outubro. Se acaso a mesma não se vier a concretizar terá que se arranjar outro comprador.
6. O valor da venda e a indemnização que atrás se referiu são absolutamente necessários para completar o preço da construção do Complexo Social de Albarraque.
7. De qualquer modo, se acaso, mesmo assim, for necessário despender mais dinheiro para atingir o montante previsto teremos de nos socorrer do vasto património de que a Fundação é proprietária, por forma a dar satisfação ao objectivo principal da Fundação, razão de ser da sua criação.
8. Não será despropositado mencionar, a este propósito, o apoio que está previsto venha a ser concedido pela C.M. de Sintra (pelouro da acção social) através da vereadora Dr^a Paula Simões. O apoio referido será até 10% do montante da adjudicação. Só se comunicará esse montante quando o CA proceder à adjudicação, por proposta do júri do concurso. Ao mesmo tempo se comunicará



o número de postos de trabalho que vão ser criados. Tal verba apenas será inserta no orçamento de 2014 da CMS, dado que o orçamento deste ano não comporta essa cativação.

9. Venda do andar da R. General Celestino da Silva, nº 10, 12 esq – face ao parecer positivo do conselho fiscal sobre a venda do andar, assinou-se o contrato promessa, cujo valor é de 190.000,00€.
10. Vai-se intentar uma acção contra a empresa Sicotec, Lda por não pagamento de rendas (5.000,00€) da loja de restauração, situada na R. Augusto Gil, nº 31- A.
11. O conselho fiscal considerou, tendo em conta todas as diligências que foram feitas pelo conselho de administração, estarem reunidas as condições para que o saldo do balancete Artur Dias Cruz e Irmão, Lda seja regularizado através do registo na conta patrimonial 68 – custo de exercícios anteriores. Note-se que o bem/prestação foi de facto realizado.
12. O conselho de administração, face aos esclarecimentos prestados pelo arq Pedro Rodrigues e, tendo em conta o resumo do dispêndio por cada área, deliberou aprovar o projecto de execução da obra.
13. Pedimos ao escritório do Dr. Rodrigues da Silva para propor uma acção para restituição das rendas por pagar (9,125,00€) à empresa Verdadeiro Desafio, arrendatária da loja A da R. Augusto Gil, nº 31, em Lisboa.
14. Também propusemos uma acção no Julgado de Paz contra a firma Bicho da Seda (4.217,33€) que ganhámos. A execução seguiu para o Tribunal de Execuções.



15. Também a Labometer (R. Duque de Palmela, nº 30, 1º G) deixou de pagar a renda (250,00€ mensais). Acabou por se pedir ao escritório de advogados (Dr. Coelho Marques) para propor a respectiva acção de despejo e a indemnização respectiva.

16. Censo às Fundações – foi publicada a lei nº 1/2012, de 3 de Janeiro em que se pedia uma série de informações que foram enviadas *online* destinadas a proceder a uma avaliação do respectivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção.

17. Renda da TottaUrbe – esta empresa, que tem um arrendamento na Av. do Uruguai, pediu que se baixasse a renda de 30%, face a dificuldades financeiras e económicas que o país atravessa. A Fundação, tendo em conta essas dificuldade, baixou 15% por mais um ano (como havia acontecido no ano anterior).

18. Venda do terreno de Geraz do Lima – o conselho fiscal deu parecer positivo à venda (6.500,00€) a qual se efectuou.

19. A Fundação resolveu comprar um servidor (com monitor) e um computador de secretária por 779,50€ cada um, deliberando-se também adquirir o software necessário.

20. Venda do andar de Paris – como se sabe o andar que a Fundação possuía em Paris, mediante concurso público, foi vendido à Srª Alessandra Tommasini por 297.775,50€. Em princípio, pensava-se vender por 300.000,00€, mas dado que o valor actual do m2 naquela zona de Paris, subiu enormemente (de 4.200,00 para 9.740,00€ - valor médio estatístico) facto para o qual os serviços do notário avisaram. Assim sendo, descontando o preço do apartamento que a Srª Tommasini teve que alugar por não se ter realizado logo a escritura e as obras de recuperação do andar, pedíamos 523.000,00€. A Srª Tommasini não daria mais



de 400.000,00€. A Fundação contrapôs 450.000,00€, preço pelo qual foi feita a escritura, depois da sua aceitação.

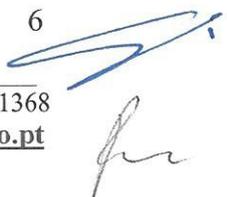
21. Apoio do âmbito do PAFI (programa de Apoio Financeiro às instituições sem fins lucrativos e de saúde do concelho de Sintra) – a C.M. de Sintra, através da vereadora da acção social, apoiou a Fundação, mediante uma candidatura que oportunamente apresentámos, através da verba de 9.840,00€, para pagar as despesas, ainda que em pequena parte, com o projecto do Complexo Social de Albarraque.
22. Lei do arrendamento – foi divulgado pelo conselho de administração as normas a que obedece a lei nº 31/2012, de 14 de Agosto, a qual entrou em vigor três meses depois. Face à situação económica do País, o CA entendeu que, para já, não se vai pedir qualquer aumento de rendas.
23. Assinatura da escritura do andar de Paris (rue Auguste Vacquerie, nº 19/21, 5º andar) – procedeu-se à assinatura da escritura da venda do andar à Srª Alessandra Tommasini por 450.000,00€, em 6 de Setembro.
24. Programa Modelar2 – A ARS de Lisboa e Vale do Tejo comunicou-nos na sequência da suspensão do programa, face às orientações do Governo, o seu cancelamento a partir de 2010. Estava previsto recebermos 750.000,00€ para a construção do equipamento em Albarraque.
25. Complexo Social de Albarraque – Perguntou-se à ARS de Lisboa e Vale do Tejo (Drª Olga Monteiro) se continuavam a pagar pelas pessoas que mandavam para unidades de cuidados continuados de acordo com a portaria nº 220/2011 de 1 de Junho. A resposta foi positiva, mas entretanto fez-se um officio pedindo a confirmação, o qual ainda não foi respondido.

26. Foram recebidos no dia 8 de Setembro o Dr. Carlos Cortês e o engº Aniceto Viegas da ESIM (Banco Espírito Santos Imobiliário) informando que, infelizmente, o prédio que desejavam fazer não foi aceite pela C.M.L. devido à sua volumetria, dado que os prédios da R. Rodrigo da Fonseca estão abrangidos pelo plano da Av. da Liberdade. Assim sendo, comunicaram que irão denunciar o contrato promessa assinado a 10 de Outubro do ano transacto. Informou-se que o assunto deveria ser posto por escrito para ser levado à reunião do CA.

Conforme se referiu, atrás, o contrato continua válido, apesar da haver interpretações diferentes sobre o seu clausulado. Neste momento a ESIM (sucessora da Eurowagon, que ganhou o concurso lançado para a venda da moradia da R. Rodrigo da Fonseca) face à nossa posição de não entregar o sinal, uma vez que, na nossa interpretação, não deram cumprimento ao contrato promessa, vão novamente submeter à C.M.L. um novo projecto. Aguardamos a comunicação da ESIM, para ver qual a atitude a tomar.

27. Prepararam-se o anúncio e o programa do concurso público do equipamento de Albarraque. Ficou combinado pedir-se o apoio jurídico da Santa Casa da Misericórdia, que tem grande experiência nesta matéria.

28. Manteve-se o apoio à Associação dos Amigos e Familiares de Doentes de Alzheimer, a qual como se referiu em relatório anterior, se dispôs a prestar assistência domiciliária a oito doentes. A associação, solicitou no final do ano de 2004, também o pagamento de um terapeuta uma vez que entendia que esse apoio seria mais integral e completo. O CA respondeu positivamente ao pedido, pelo que se transfere, mensalmente, para a APFADA, a importância de 2.800,00€ (a partir de Janeiro de 2005).



29. Continuou a proceder-se à gestão e manutenção do património da Fundação constituído essencialmente por imóveis urbanos e andares em regime de propriedade horizontal, os quais deram de rendimento 245.379,46€.
30. As disponibilidades derivadas de uma aplicação em contas a prazo (tendo em conta a sua maior rentabilidade) nas instituições de crédito, deram de rendimento à Fundação um montante de 194.587,78 €.
31. Quanto às despesas correntes, estas cifraram-se em 154.740,47 €, despesas constituídas pelas remunerações de pessoal e custos fixos (água, electricidade, material de escritório, portes de correio, seguros de prédios, esgotos), honorários a advogados, notariado, despesas de condomínios e outras, essenciais ao funcionamento da instituição.

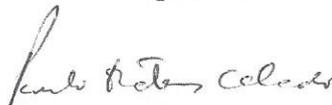
Lisboa, 9 de Abril de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luís Paulo Garcez Palha

Rui Lopes Leitão



Paulo Mateus Calado